

A PRIMEIRA REDACÇÃO DA CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344, FONTE DA CRÓNICA DE 1419?

Filipe Alves Moreira*

Em 1951, Lindley Cintra, ponderando as relações entre a *Crónica de Portugal de 1419* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*¹, chegava a duas conclusões aparentemente contraditórias. Com efeito, depois de defender que a *Crónica de Portugal* manejava a segunda redacção da *Crónica de Espanha* – facto que inclusivamente considerou como um argumento para situar a feitura dessa redacção algures pelos finais do século XIV² –, viria a sustentar que o cronista de quatrocentos teria usado como uma das suas fontes principais não a segunda, mas a primeira redacção da *Crónica Geral*³, única atribuível ao Conde de Barcelos. Esta última opinião seria acolhida por Diego Catalán⁴, sem que, contudo, o ilustre investigador tenha precisado as razões da sua concordância. Por isso, e porque o

* Estudante de doutoramento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

¹ Faremos uso das siglas empregadas por BARROS DIAS (2003), apelidando a primeira redacção da Crónica de «1344a», e a segunda de «1344b». Embora se tenha vindo a generalizar a designação de «refundição» para o texto de ca. 1400, preferimos manter-nos fiel ao pensamento de Cintra, que explica porque prefere chamar-lhe «segunda redacção». Cf. CINTRA (1951), pág. XXX.

² CINTRA (1951), pág. XL.

³ CINTRA (1951), pág. CDVII, nota 244.

⁴ CATALÁN (1970), pág. XXXVIII e nota 27.

facto nos parece de extraordinária importância para que possamos compreender melhor os circuitos de produção e recepção da crónica medieval portuguesa, abalançámo-nos a uma reavaliação do problema.

Não são particularmente claras as razões que terão levado Cintra a postular, inicialmente, que a *Crónica de 1419* derivaria de 1344b⁵. Em contrapartida, sabemos o que o terá levado a mudar de opinião:

« [...] o cronista de 1419, em lugar de tomar como base o texto da segunda, da mais recente redacção da Crónica de 1344, partiu da primeira. Só assim se pode explicar um facto que uma simples comparação de certos trechos da Crónica de 1419 [...] com os textos correspondentes da segunda redacção da Crónica de 1344 e com os da IV^a Crónica Breve facilmente revela: o texto de 1419 aproxima-se mais, aqui e além, da IV^a Crónica Breve do que da segunda redacção da Crónica Geral, sem deixar no entanto de incluir passos que a primeira não abrange. Isto nos faz remontar a um texto intermediário que não pode deixar de ser o da primeira redacção da Crónica»⁶

Recordemos que, conforme o próprio Cintra demonstrava no mesmo estudo, a história dos reis de Portugal contida na IV^a *Crónica Breve* foi a principal fonte da *Crónica de 1344* no que a essa matéria diz respeito, sendo isso que lhe permite – e bem –

⁵ Terá influído no seu raciocínio o facto – para o qual chama expressamente a atenção – de o mais antigo dos manuscritos portugueses da segunda redacção omitir a História de Portugal com a expressa intenção de a incluir, por separado, no final da Crónica, o que, no entanto, não veio a acontecer. Cf. CINTRA (1951), pág. CDII – CDV.

⁶ CINTRA (1951), pág. CDVII, nota 244.

considerar o fragmento crúzio como uma peça importante no que toca ao estabelecimento das relações entre a Crónica devida a D. Pedro e a de 1419.

Todavia, e decerto porque o assunto não deixava de ser algo lateral no seu estudo, a verdade é que o saudoso medievalista não foi particularmente concreto nas suas conclusões, limitando-se a indicar uns poucos de trechos onde se verifica que o texto da *Crónica de 1419* está mais próximo do da *IVª Crónica Breve* que do de 1344b⁷. É, portanto, da maior utilidade que principiemos por atentar pormenorizadamente na relação entre as três crónicas mencionadas, explicitando e ampliando as palavras de Lindley Cintra.

O cotejo entre 1344b e a *IVª Crónica Breve* revela-nos que, para além de diferenças mais ou menos de pormenor, a *Crónica Geral* acrescentou à matéria vinda da sua fonte diversos episódios, sobretudo nos reinados de Afonso Henriques (feito de Egas Moniz; o rei português despindo-se e mostrando as feridas do seu corpo ao legado do papa; reunião do rei com os seus homens antes da conquista de Santarém; fuga do alcaide desta cidade...), e Sancho II (episódio de Trancoso), para além de ter expandido enormemente o reinado de D. Dinis e de ter esboçado o de D. Afonso IV. Atendendo às características dos relatos dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV – com certeza

⁷ CINTRA (1951), pág. CDVII, nota 244.

devidas ao envolvimento pessoal do Conde de Barcelos em muitos acontecimentos da época –, bem como à visível dependência genérica dos relatos dos cinco primeiros reinados em relação ao texto da *IVª Crónica Breve* – que já tinha sido a fonte principal do *Livro de Linhagens* para a mesma matéria –, podemos admitir com segurança que 1344b não se afastou muito do conteúdo de 1344a no que à História de Portugal diz respeito. Por outro lado, todas as novidades que 1344b apresenta face à *IVª Crónica Breve* encontram-se igualmente, e pela mesma ordem, na *Crónica de 1419*, o que nos garante que a *Crónica de 1344*, em alguma das suas redacções, foi uma das suas fontes principais, conforme, de resto, o próprio cronista parece afirmar em vários casos⁸.

No entanto, quanto à redacção, o seu texto afasta-se frequentemente de 1344b, aproximando-se antes da *IVª Crónica Breve* ora no que concerne à amplificação/redução estilística das frases mediante ligeiros acrescentos/abreviações, ora no que diz respeito ao uso do discurso directo. Por exemplo:

⁸ «A cronica d.Espanha conta que el.rei dom Affonso o 5º...» (CALADO, 1998, pág. 3); «segundo se conta na cronica d.Espanha...» (CALADO, pág. 3); «E, posto que na coroniqua d.Espanha faça menção...» (CALADO, pág. 132), etc. Todas estas remissões encontram-se efectivamente na *Crónica de 1344*.

IVªCrónica Breve ⁹	1344b ¹⁰	Crónica de 1419 ¹¹
«E morreu o conde Dom Anrique, <i>ante este prazo dous meses e cinco dias</i> , em Astorga. E ante que morresse chamou seu filho Dom Afonso Anriques [...]» [pág. 111]	«E, depois que [D. Henrique] ouve castigado o filho destas cousas e doutras muytas que aquy no dizemos, morreo.» [pág. 214]	«depois que [D. Henrique] ouve castigado seu filho destas cousas e doutras que aqui não disemos, <i>amte dous meses e cimquo dias que o prazo da vila de Lyam fose acabado</i> , moreo ele» [pág. 9]
«Conde, vosco quero entrar na[s] azas, e haveredes que fazer polo meu amor. <i>E todavia prendede Afonso Henriques, meu filho, ca melhor poder tēedes ca ele</i> » [pág. 112]	«Conde, cōvosco quero hir na aaz e averees que fazer por meu amor!» [pág. 216]	«Convosquo quero eu ir na az e averês que fazer mais polo meu amor, <i>e todavia trabayhay muyto por prenderdes o primcepe dom Afonso Amriquez, meu filho, que mayor poder temos que ele</i> » [pág. 10]
«Afonso Henriques tomou dous castelos a sa madre, e ùu foi Névia, e o outro o castelo da	«E elle [Afonso Henriques], quando este vyo, furtoulhe dous castellos: hũu foy Nevha	«[Afonso Henriques] furtou-lhe dous castelos e hum deles foy Neiva e o outro foy o castelo

⁹ Usamos a edição de PEIXOTO (2000), destacando a itálico as passagens em que esta crónica diverge de 1344b, aproximando-se da *Crónica de 1419*.

¹⁰ Usamos a edição de Cintra (1990).

¹¹ Usamos a edição de CALADO (1998), destacando a itálico as passagens em que esta crónica diverge de 1344b, aproximando-se da *IVª Crónica Breve*.

GUARECER on-line

Feira, <i>que é em terra de Santa Maria</i> » [pág. 111]	e outro o castello da Feira» [pág. 216]	da Feyra, <i>que he em Terra de Santa Maria</i> » [pág. 10]
«Nom andemos em este preito, ou iredes vós migo a Galiza ou leixaredes a terra a vosso filho, se mais puder ca nós» [pág. 112]	«Nõ nos faz mester de pallavras, ca ou leyxaremos a terra a vosso filho, se mais poder que nós, e hiremos en Galiza, ou de todo ficaremos ã Portugal» [pág. 217]	«Nom andemos em este preyto, mas ou vós iredes comiguo pera Galiza ou leyxaredes a terra a vosso filho se mais puder que vós» [pág. 10]
«E andava en ãa <i>carreta</i> [...]» [pág. 117]	«E sempre se des ally ã diante fez trager ã andas e ã collos d'homês. E assy ãdou toda sua vida.» [pág. 236]	«[...] mes andou sempre <i>em caro</i> , como soyom andar os reys amtiguamente, e algũas vezes em andas e em colos d.omens» [pág. 62]
«E disse o apostólico: “Qual rei quiserdes filhar tal filhade, que seja natural do regno e que saiba fazer justiça» [pág. 118]	«E elle disse que qual governador elles entendessen por prol da terra que lho daria» [pág. 239]	«Entam o papa lhe dise: “Tomade por regedor qual entenderdes que sera melhor pera a terra, contamto que seja naturall do regno” [pág. 125]

Tal situação leva-nos a admitir que a obra de inícios do século XV usa um texto intermédio entre as outras duas, o que bastaria para que aderissemos à segunda das opiniões que Cintra emitiu no seu estudo, e considerássemos a *Crónica de 1419* em parte derivada de 1344a, o que muito provavelmente faz dela a única crónica portuguesa com essas características. Não obstante, julgamos conveniente proceder à ponderação de uma hipótese que, conquanto não tenha ocorrido a Cintra, talvez pela sua escassa plausibilidade, não deixa de poder ser encarada: a de que o cronista de 1419 tenha usado na feitura da sua obra tanto 1344b como o texto da *IVª Crónica Breve*, o que poderia ser uma explicação alternativa para as passagens em que a crónica de quatrocentos se aproxima do fragmento crúzio. Convenhamos que não deixaria de ser uma solução o seu tanto insólita, que nos obrigaria a imaginar o compilador manejando consistentemente uma fonte que todavia, e vá-se lá saber porquê, abandonaria para seguir uma outra, precisamente em episódios que constavam da sua fonte principal. A questão pode, porém, ser levantada. Por outro lado, a avaliação deste problema permitir-nos-á equacionar a relação entre a *IVª Crónica Breve* e a *Crónica de 1419*. Sucede, com efeito, que ao longo do tempo, digamos que de Costa Pimpão¹² a Teresa Amado¹³, tem sido afirmado ou sugerido que o texto do quarto fragmento cronístico de Santa Cruz foi uma das fontes da crónica de inícios do séc. XV, sem que, todavia, e tanto quanto

¹² PIMPÃO (1947), pág. 249.

¹³ AMADO (1999), pág. 307.

sabemos, o facto tenha sido consistentemente averiguado. Façamo-lo nós.

A afirmação ou a sugestão da dependência parcial da *Crónica de 1419* face ao texto da *IVª Crónica Breve* foi muito provavelmente inculcida na mente dos investigadores que a defenderam em virtude das passagens nas quais o texto da crónica de quatrocentos se aproxima muito do do fragmento de Santa Cruz, algumas das quais já tivemos ocasião de transcrever. Simplesmente, essas são passagens cuja matéria coincide com 1344b, de modo que a coincidência entre a *Crónica de 1419* e a *IVª Crónica Breve* pode muito bem ser explicada pelo uso, por parte do cronista de Avis, de um texto intermédio, que só pode ter sido 1344a. Para que o uso do texto da *IVª Crónica Breve* pelo cronista de 1419 ficasse solidamente estabelecido seria necessário que se verificasse na sua obra a existência de passagens exclusivas da pequena crónica copiada pelos crúzios, e mesmo assim haveria que ponderar a possibilidade de tais passagens remontarem a 1344a, que assim continuaria sendo a fonte da obra de quatrocentos, e terem sido omitidas pelo redactor de 1344b. Particularizemos o nosso raciocínio.

É verdade que há na *Crónica de 1419* passagens que são comuns a esta crónica e à *IVª Crónica Breve* e que não se encontram em 1344b:

IVª Crónica Breve	1344b	Crónica de 1419
<p>«E como el-rei Dom Afonso foi armado, em cima de seu cavalo, deu das esperoras ao cavalo, mui trigosamente. E, quando saiu pola porta, acertou a perna perante o ferrolho da porta. E tam rijo saía, que lhe quebrou a perna, e foi logo cair em ùu centeal.</p> <p><i>E Dom Fernando Rodrigues, o castelão que o viu cair do cavalo, saía logo a dizê-lo a el-rei Dom Fernando: “Senhor, aqui jaz el-rei Dom Afonso, com ùa perna quebrada. E prendede-o, ca pouca gente tem ainda consigo”. E ali o prendeu logo el-rei Dom Fernando» [pág. 116]</i></p>	<p>«Mas o que abriira a porta nõ colhera bem o ferrolho. E el rey levava o cavallo afficado das esporas, como aquelle que era o mais vallente e esforçado cavalleiro que se podia saber. Quando chegou aa porta, nõ se guardando daquelle ferrolho, topou o cavallo en elle de tam grande força que se britou a perna a el rey. E o cavallo steve para cayr em terra, pero foy fora e chegou aos seus. Mas, des que começarão a lidar, nõ o pode soffrer o cavallo, ca era chegado aa morte do grande golpe que dera no ferrolho, e leixousse cayr com elle. E cayulhe sobre aquella perna e britoulha toda. E os seus quiserõno levãtar e poer ã outro cavallo e nom poderom, ca era a perna britada</p>	<p>«[...] e o cabo do ferolho da porta ficara fora, que o não abriira para dentro o porteyro quando abrio a porta, e o cavalo del.rey, como ya rijo, topou el.rey neele e quebrou-lhe a perna. Mas el.rey nom leyxou de chegar aos seus e, quando vio que se mesclavom com as outras gemtes, nom se pôde soportar que os nom ajudasse. E, pero levava a perna quebrada e o cavalo, como ya ferido da topada que dera na perna, não se pôde ter mais, cayo com el.rey em hum çenteal e cayo.lhe sobre a perna e quebrou.lha mais, e os seos nom no poderom alevantar nem poer no cavalo, pola perna que tinha quebrada. <i>E Fernão Rodriguiz, castelão, que o vio</i></p>

GUARECER on-line

pella coixa. E entom chegou el rey dō Fernãdo e predeoho e muytos dos seus cõ elle.» [pág. 235]	<i>quando cayo, foy.o dizer a el.rey dom Fernando: “Senhor, aly jaz el.rey dom Afonso com hũa perna quebrada. Yde e prendede-o, ca melhor vo-lo deo Deos que eu nom cuidava que o nós achasemos”. Antam el.rey, que se não podia levantar, e os seus, que erom pouquos e os outros muytos, ouve a ser tomado» [pág. 61]</i>	
«mais [D. Sancho II] houve maos conselheiros, e despois dali em diante nom foi justioso, e <i>saiu demandado da rainha Dona Biring[u]eira, sua tia, e casou-se com Micia Lopez.</i> » [pág. 118]	«Mas ouve maos conselheiros e leyxou de fazer justiça, em tal guisa que desperencia a terra e hia todo ã perdiçom, ca roubavã os caminhos e faziã todo dãpno na terra e elle nõ tornava a ello nõ hũa cousa. Casou este dõ Sancho com dona Meçia Lopez» [pág. 238]	«e depois, por sua synpreza e maos conselheyros, ya-se a tera toda a perder, fazendo-se todo mal em ela, e <i>sayo.se do mandado da raynha Berengena, sua tya, e casou.se com dona Meçia Lopez</i> » [pág. 119]

Mas nestes casos, e tal como sucedia nas divergências de cariz mais estilístico que atrás deixámos, as *inovações* de 1419

surtem em passagens cuja fonte foi, sem dúvida, uma das redacções da *Crónica de 1344*, o que nos obriga a equacionar a possibilidade de tais *inovações* derivarem de 1344a, a qual, assim, estaria mais próxima do texto da *IVª Crónica Breve* – sua fonte principal – do que 1344b.

Será altura de lembrarmos que, pese embora a afirmação generalizada de que a partir do reinado de Ramiro I (ou seja, a partir do momento em que a fonte passa a ser, directa ou indirectamente, a *versão amplificada de 1289 da Estoria de España*) o redactor de ca. 1400 se teria limitado a transformações estilísticas¹⁴, a verdade é que ainda faltam estudos que o comprovem satisfatoriamente. Investigações recentes têm inclusivamente mostrado como, mesmo em trechos que 1344b manteve de 1344a, as modificações introduzidas pelo refundidor são, por vezes, muito mais do que meramente formais¹⁵, pelo que nada impediria que também na história dos reis portugueses, de que muito azaradamente não subsiste nenhum testemunho da primeira redacção, não tivesse o refundidor apenas modificado o estilo da obra, permitindo-se certas alterações de fundo que, apesar de plausivelmente pouco numerosas¹⁶, não deixariam contudo de ser significativas.

¹⁴ Afirmação originária de CINTRA (1951), pág. XXXVIII. A “descoberta” e conceptualização da *versão amplificada de 1289 da Estoria de España* deve-se a CATALÁN (1962).

¹⁵ Cf. FOURNIER (1995 e 2001), BARROS DIAS (2003) e FERREIRA (2006).

¹⁶ Recorde-se o que atrás dizemos sobre a dependência de muitas passagens de 1344b em relação ao texto da *IVª Crónica Breve* e sobre as especiais características dos reinados de D. Dinis e D. Afonso IV, factos que nos garantem a fidelidade genérica do redactor de ca. 1400 ao texto do Conde de Barcelos.

Por outro lado, cremos que a dependência parcial da *Crónica de 1419* face ao texto da *IVª Crónica Breve* pode considerar-se muito duvidosa se tivermos em conta que o fragmento crúzio inclui determinadas informações que, atendendo aos hábitos do cronista de Avis, dificilmente ele deixaria de aproveitar, se as tivesse tido em conta. Um caso particularmente impressionante é o da descendência de D. Sancho I. Com efeito, a *IVª Crónica Breve*, algo surpreendentemente, é de todas as antigas crónicas portuguesas a que fornece um elenco mais completo, correcto e pormenorizado da descendência deste rei¹⁷. 1344b omite os filhos bastardos¹⁸, ao passo que a *Crónica de 1419* fornece uma lista incompleta e um tanto confusa que, dada a concordância entre os manuscritos Cadaval e do Porto, não pode ser apenas atribuível a uma hipotética degradação textual¹⁹. Ora, dado que esta crónica se preocupa constantemente em fornecer listas rigorosas da descendência dos reis, sendo os seus elencos quase sempre mais completos que o das suas antecessoras (a única excepção é esta de D. Sancho I), por que razão desaproveitaria a informação tão completa proporcionada pela *IVª Crónica Breve*? A resposta mais provável é que não a aproveitou porque a desconheceu.

Caso semelhante, embora mais complexo, é o da identificação da personagem que veio de Castela auxiliar o agonizante D. Sancho II. Na *IVª Crónica Breve* essa

¹⁷ PEIXOTO (2000), págs. 117 e 118.

¹⁸ CINTRA (1990), pág. 237.

¹⁹ CALADO (1998), págs. 84 e 85.

personagem é correctamente indentificada como sendo o «ifante Dom Afonso, filho d'el-rei Dom Fernando de Castela e de Leam»²⁰. Em 1344b é um vago «iffante dom Affonso»²¹, e na *Crónica de 1419* passa a ser «dom Afonso de Vilhena»²², tio de Afonso X, a quem a Crónica supõe já rei quando Sancho resolve ir a Castela pedir auxílio contra a falange do irmão. Que estes erros decorrem da consulta de fontes hoje desconhecidas²³ e não de arranjo premeditado do cronista, vê-se claramente pelo facto de, ao terminar o reinado de D. Sancho II, ele nos informar de que ao tempo em que este rei morria em Toledo, «tomou aos mouros o muy noble rey dom Fernando de Castela e de Lyão a çidade de Sevilha»²⁴, assim contradizendo o que capítulos atrás dissera sobre quem reinava em Castela quando o rei português foi deposto. É uma contradição típica da imperfeita justaposição de fontes e, sendo assim, pergunta-se por que não se reflectem no seu texto as informações que a este respeito dava a *IVª Crónica Breve*. Uma vez mais, porque é provável que o cronista de quatrocentos não tenha usado o texto do fragmento crúzio.

Um único caso, que propositadamente deixamos para o fim, poderia ser invocado como sinal aparentemente decisivo da

²⁰ PEIXOTO (2000), pág. 118.

²¹ CINTRA (1990), pág. 239.

²² Transcrevemos a solução de CALADO (1998, pág. 132), mas não podemos deixar de dizer que a lição do manuscrito do Porto, «Dõ Affonssso de Molina», nos parece preferível. Este infante é, com efeito, D. Afonso de Molina, irmão do Rei Santo e pai da Rainha Maria de Molina.

²³ Também a *Crónica de Alfonso X* dá a deposição de D. Sancho como ocorrida já no reinado de Afonso X, embora desenvolva de forma muito diversa os acontecimentos subsequentes (Cf. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 1998, págs. 19 – 21).

²⁴ CALADO (1998), págs. 141 e 142.

dependência parcial da *Crónica de 1419* em relação ao texto da *IVª Crónica Breve*. Aludimos ao relato da miraculosa fundação do mosteiro de Alcobaça no contexto da conquista de Santarém, em que intervém um tal Pedro Afonso, suposto irmão de D. Afonso Henriques, e se menciona reverentemente Bernardo de Claraval²⁵. É esta uma narrativa que, para além da *Crónica de 1419*, apenas se encontra na *IVª Crónica Breve*²⁶, o que poderia indiciar um estreito parentesco entre ambos os textos. Todavia, se virmos de perto, verificaremos que o cronista de quatrocentos se refere à fonte onde foi colher esta passagem não como sendo uma história dos reis de Portugal, mas sim como se de uma *estória* centrada no miraculoso relato da fundação daquele mosteiro se tratasse: «E, segundo conta a lenda de Sam Bernardo»²⁷.

Embora, evidentemente, não se possa atribuir ao cronista de 1419 uma rigorosa classificação das fontes utilizadas conforme as suas características genológicas, a verdade é que, pelo menos, se nota nele certo pendor para lhes atribuir classificações diferentes, fazendo uso de conceitos como «caronica»²⁸, «estoria»²⁹, «espiritura»³⁰ ou, como neste caso, «lenda», o que não pode deixar de estar relacionado com as diferentes características das obras que ia manejando. Assim sendo, se a sua fonte tivesse sido a *IVª Crónica Breve*, tê-la-ia

²⁵ CALADO (1998), págs. 37 – 39.

²⁶ PEIXOTO (2000), págs. 115 e 116.

²⁷ CALADO (1998), pág. 38.

²⁸ Por exemplo, CALADO (1998), pág.4.

²⁹ Por exemplo, CALADO (1998), pág.21.

³⁰ Por exemplo, CALADO (1998), pág. 80.

ele apelidado de «lemda de S. Bernardo»? Não o cremos. A sua fonte deve muito provavelmente ter sido um relato autónomo da lenda da fundação do mosteiro alcobacense, como aliás parecem pensar Lindley Cintra – que chama a atenção para o facto importante de se verificarem algumas diferenças entre a narrativa da crónica e a do fragmento crúzio³¹ – e Teresa Amado³². De resto, conhece-se um manuscrito em que efectivamente essa lenda é transcrita independentemente da história dos reis de Portugal na qual, pelo contrário, se insere no manuscrito de Santa Cruz. Trata-se do manuscrito Alcobacense 415 da BN³³, que inclui também o conhecido relato latino sobre a Conquista de Santarém por D. Afonso I usualmente apelidado de *De Expugnatione Scalabis*. Ora, este último texto foi a fonte com que mais se abonou o cronista de Avis para narrar tal conquista (capítulos 20 a 25). Nada mais lógico, portanto, do que supormos que o Manuscrito acima aludido possa ter sido o texto efectivamente manejado pelo cronista de 1419 conforme, aliás, argutamente já tinha proposto o padre Carlos da Silva Tarouca³⁴. Mesmo que não, a simples existência desse manuscrito demonstra que a narrativa da fundação de Alcobaça teve circulação autónoma, tendo sido uma dessas versões autónomas que, com toda a probabilidade, usou o cronista de Avis, e não o texto da *IVª Crónica Breve*.

³¹ CINTRA (1951), pág. CDVI, nota 241.

³² AMADO (1997), págs. 148 – 149.

³³ CINTRA (1951), pág. CCCLXXIII.

³⁴ TAROUCA (1951), pág. 19.

Concluindo. Embora não possamos ter certezas absolutas no que diz respeito a textos entretanto perdidos, a possibilidade de a *Crónica de 1419* decorrer em parte da primeira redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344* afigura-se-nos como forte se tivermos em conta que essa crónica, embora acolha todas as inovações que a *Crónica Geral* tinha introduzido na historiografia portuguesa, está em diversas ocasiões mais próxima da fonte imediata desta última, a *História de Portugal da IVª Crónica Breve*, seja no estilo seja no conteúdo – o que nos obriga a postular um texto intermédio, certamente 1344a, que lhe tenha servido de fonte; que algumas informações consignadas pela *IVª Crónica Breve* dificilmente deixariam de ter sido acolhidas pelo cronista de quatrocentos caso ele as tivesse conhecido e que, por último, certa narrativa comum à *Crónica de 1419* e ao fragmento crúzio colheu-a o cronista de Avis num texto que não poderá ser identificado com o da *IVª Crónica* – o que nos permite negar o uso desta última pela obra de princípios do séc. XV, única situação que permitiria encarar de forma alternativa a relação entre as crónicas de que temos vindo a tratar.

Assim sendo, será possível adiantar algumas precisões no que diz respeito à recepção da obra original do Conde de Barcelos. Com efeito, temos de lhe supor uma circulação suficientemente ampla para que tenha sido conhecida e traduzida em Castela³⁵, ao mesmo tempo que pelo menos uma

³⁵ Já que o único manuscrito relativamente íntegro que conserva a redacção originária – o manuscrito 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca –

cópia, permanecendo em Portugal, pôde ser aproveitada pelo Infante que em 1419 fez ou mandou fazer a primeira crónica de alguma envergadura exclusivamente dedicada à História do reino. Por outro lado, e embora não pretendamos transformar uma hipótese plausível em certeza, não podemos deixar de alertar para o facto de, a serem viáveis as conclusões a que chegamos, elas nos permitirem hipotetizar algum do trabalho de reescrita a que o redactor de ca. 1400 terá submetido o texto de D. Pedro no que à História de Portugal diz respeito, já que lhe poderão ser atribuídas importantes modificações, tais como uma subtil mas significativa mudança das circunstâncias que levam à prisão de Afonso Henriques em Badajoz, ou o apagamento do papel que D. Berengária terá desempenhado junto de D. Sancho II³⁶. Finalmente, e embora não possamos ir além da conjectura, cremos que será de equacionar em que medida a feitura quase contemporânea de duas obras que, de formas diferentes, decorrem da redacção original da *Crónica de 1344* poderá ter contribuído para o seu esquecimento, ou mesmo para o seu desaparecimento...

Dezembro de 2007

contém uma tradução castelhana da obra (cf. CINTRA (1951, págs. XXIX – XXXVI).

³⁶ Atente-se nos cotejos das páginas 9 e 10.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Teresa (1997) – «Investigação das origens: o reinado de D. Afonso Henriques», in *Actas del VI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, Tomo I, Alcalá.
- AMADO, Teresa (1999) – «O projecto histórico de um Infante», in FARIA, Isabel Hub (organização), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa, Cosmos.
- BARROS DIAS, Isabel de (2003) – *Metamorfoses de Babel: a historiografia Ibérica (sécs. XIII-XIV), construções e estratégias textuais*, Lisboa, FCG.
- CALADO, Adelino de Almeida (ed.) (1998) – *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego (1962) – *De Alfonso X al Conde de Barcelos...*, Madrid, Gredos.
- Idem (com Maria Soledad de Andrés) (1970) – *Crónica Geral de Espanha de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos*, edición crítica del texto español por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés, Madrid, Gredos.
- CINTRA, Lindley (ed.) (1951; 1990). – *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, Academia das Ciências, 4 vol. (1º: 1951; 4º 1990).
- FERREIRA, Maria do Rosário (2006) – *A Lenda dos Sete Infantes. Arqueologia de um destino épico medieval* [texto policopiado], Coimbra.
- FOURNIER, António (1995) – *A primeira parte da Crónica Geral de Espanha de 1344: o texto e a sua construção* [texto policopiado], Lisboa.
- FOURNIER, António (2001) – «Bamba: a construção de uma exemplaridade – a propósito da figura do refundidor da Crónica Geral de Espanha de 1344», in António BRANCO (coordenador), *Figura. Actas do Segundo Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispánica de Literatura Medieval*, Faro.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ (ed.) (1998) – *Crónica de Alfonso X*, Murcia, Real Academia Alfonso X El Sabio.

PEIXOTO, Fernando Venâncio (ed.) (2000) – *Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Lisboa.

PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa (1947) – *História da Literatura Portuguesa, I, Idade Média*, Coimbra, Edições Quadrante.

TAROUCA, CARLOS DA SILVA (1951) – «Terão aparecido as crónicas perdidas de Fernão Lopes?», Separata da Revista BROTÉRIA, Lisboa.